

‘Funil que restringe mulheres na política está dentro dos partidos’, diz socióloga Fátima Jordão

Para Fátima Pacheco Jordão, maior representação feminina na política requer alterações nos mecanismos internos dos partidos, que favorecem antigas lideranças

[\(O Estado de S.Paulo, 31/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A subrepresentação feminina política, [mostrada pelo Estado em especial no último fim de semana](#), é consequência de regras partidárias que freiam a construção de novas lideranças femininas, dizem analistas ouvidas nesta quarta-feira, 31. Embora seja a maior da história, a [representação das mulheres nas Assembleias Legislativas dos Estados não passa de 15%](#)- o mesmo percentual da atual legislatura da Câmara dos Deputados.

Para a socióloga Fátima Pacheco Jordão, as estruturas internas dificultam o aumento da participação das mulheres, e deveriam ser alteradas. “O grande funil que restringe participação de mulheres na política está dentro dos partidos, não está na legislação, não está na capacidade da mulher. É uma questão efetivamente dos mecanismos internos dos partidos políticos, dos mais tradicionais até os mais recentes”, disse em entrevista à TV Estadão.

“A participação política da mulher no Brasil é uma das mais atrasadas da América do Sul. É uma questão dramática que segura o desenvolvimento social e econômico do País”, afirmou.

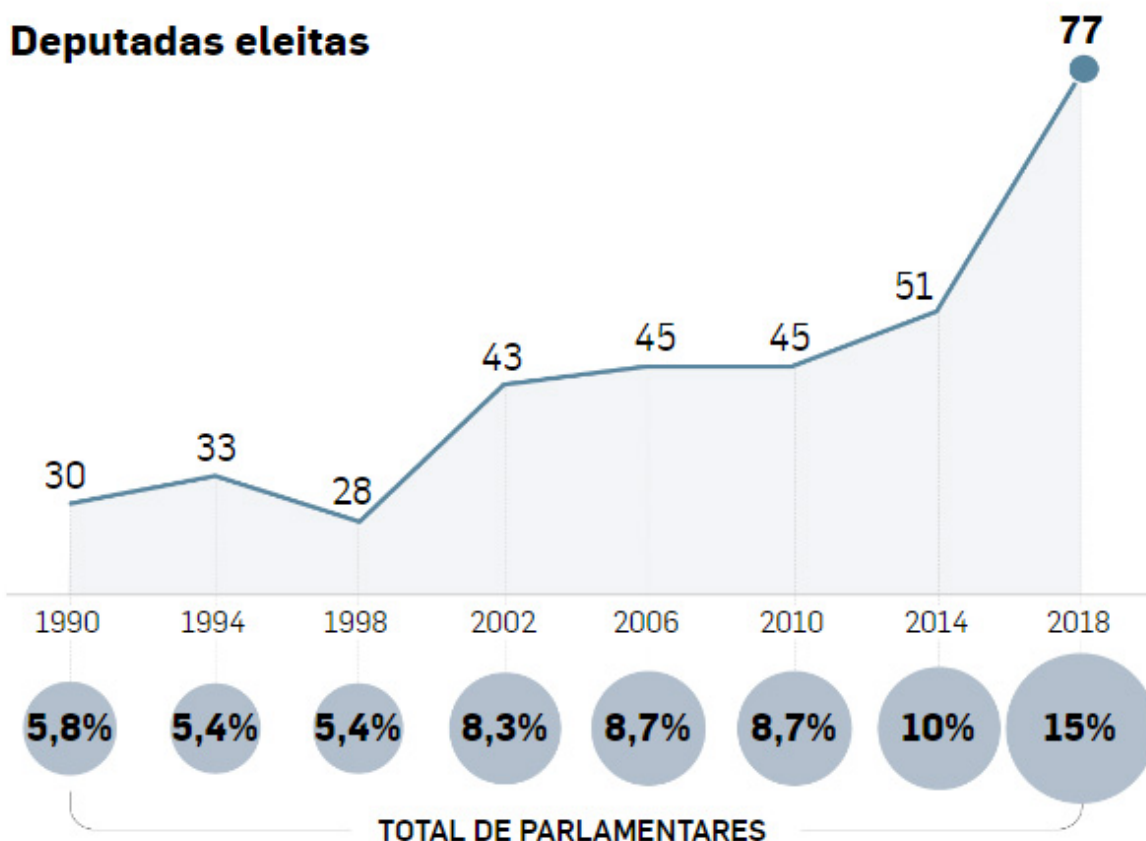
A professora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, Flávia Biroli, também critica a falta de democracia interna dos partidos políticos. “Quantas mulheres os partidos indicam para as secretarias estaduais? E para as municipais? Isso também

diz muito sobre como operam as barreiras informais que, na prática, comprometem a cidadania política das mulheres e reproduzem as desigualdades”, questiona.

As duas especialistas defendem uma reforma política que garanta uma quantidade mínima de assentos para mulheres no Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. A [luta pelo aumento da participação feminina política é pauta da Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara](#), que tem como objetivo conseguir 20% de assentos mínimos para representantes do sexo feminino.

Mulheres na câmara

Representação ao longo das legislaturas desde a redemocratização



Fonte: Câmara dos Deputados

Por Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli, especial para O Estado